

1 **ATA 629 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUS** - Conselho Municipal de Saúde de Caraguatatuba,
2 realizada no dia **20 de outubro de 2022**, às 14horas, realizada de forma híbrida realizada de forma híbrida
3 na sala de reuniões da Secretaria de Saúde, Rua Oziel Egídio de Farias, 340. Conselheiros presentes: Dr.
4 Gustavo Alexey Boher Lopes (titular); Sra. Margarete Soares de Oliveira (titular), Sra. Priscila Meyer
5 (titular), Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente); Representante das Entidades Filantrópicas – Prestadora de
6 Serviço ao SUS: Sra. Jaqueline Barbosa Fernandes (suplente); Representantes das Entidades Privadas
7 Prestadoras de Serviços ao SUS: Joana D. L. Valverde Martins (titular); Representantes dos Profissionais
8 da Saúde: Sr. Luis Marcelo F. Prado Soares (titular), Sr. Elcio Barsoti Filho (titular), Sr. Arthur Reis
9 Caldas (suplente); Representantes de Saúde do Sistema Privado: Sr. Antonio Carlos de Carvalho (titular);
10 Representantes das Entidades ou Associações de Assistência à Saúde: Sra. Maria José Oliveira Terra
11 (suplente); Representantes dos Conselhos Gestores das Unidades: Sra. Maristela Miranda (suplente);
12 Representante de Entidades ou Associações dos Aposentados do Município: Sr. Luis Carlos Gonçalves
13 (titular); Representante dos Sindicatos ou Associações Patronais do Município: Sr. Sergio Augusto Garcia
14 (titular). Ausências justificadas: não houve. Ouvintes: não houve. A reunião ordinária foi conduzida pela
15 Presidente Priscila Meyer que confere o quórum, cumprimenta os senhores Conselheiros e inicia a reunião.
16 **Sra. Presidente** diz eu queria parabenizar e agradecer, nós tivemos o primeiro encontro com a equipe de
17 HIV/AIDS do Ministério da saúde e representantes do CRP de São Paulo e do GVE aqui de Caraguatatuba
18 que é o representante do estado na região recebendo a equipe para auditar o município no sentido de
19 nos conceder o selo de ouro da prevenção do HIV/AIDS no município, então eles estão 3 dias como foi
20 passado a programação que estão no município conhecendo como é a dinâmica de atendimento e quem
21 sabe a gente conseguir esse selo, eu quero agradecer a Sra. Júlia, ela nem está na nossa reunião, porque ela
22 também está toda empenhada no processo eleitoral do CGU, na recomposição, mas ela esteve presente
23 ontem com a gente lá na educação e a nossa colega Silvia da Tomocenter que também esteve presente junto
24 conosco representando o Conselho Municipal de Saúde na recepção desses representantes do Ministério da
25 Saúde, então eu quero aqui registrar e agradecer a presença deles, foi muito produtivo o dia de ontem com
26 a equipe, hoje elas são conhecendo as nossas unidades de saúde, vendo como funciona o nosso serviço de
27 saúde e parece que deu uma adiantada no cronograma e vai fazer a finalização ainda hoje à tarde, só para
28 dar um retorno para vocês que naquela programação inicial eles tinha colocado que estaria fazendo amanhã
29 cedo vai ser hoje no final do dia. **Sra. Presidente** diz dando início à nossa reunião ordinária que era para
30 ter ocorrido do dia 12 que foi feriado, ela seria na próxima quarta-feira dia 19 que foi ontem por devido
31 esse encontro com o pessoal do Ministério e eles solicitaram a presença do Conselho a gente acabou
32 adiando para hoje. **Aprovação da Ata nº 627.** **Sra. Presidente** diz nós temos a Ata nº 627, foi a reunião
33 ordinária de 10/08/2022, não tivemos nenhum apontamento, alguém quer fazer alguma observação
34 referente a essa Ata. Não houve resposta. **Sra. Presidente** diz então podemos dar essa Ata como aprovada.
35 Todos respondem aprovada. Ata nº 627 APROVADA. **Primeira Pauta. T. A. nº 11 – OSJM –**
36 **prorrogação de vigência do Contrato de Gestão 01/2020 (e respectivos aditamentos) por 06 (seis)**
37 **meses (19 de agosto de 2022 a 18 de fevereiro de 2023), com inclusão do Projeto Pós-Covid, e**
38 **alterações no Projeto Regular.** **Sra. Presidente** diz nossa próxima pauta seria o TA nº 11 da Organização
39 Social João Marchesi que a gente iniciou até a discussão na nossa reunião anterior que é o aditamento do
40 contrato regular da instituição e tinham algumas dúvidas, foram todas sanadas através da comissão, as atas
41 da comissão acabaram não sendo enviadas porque essa comissão acabou fazendo uma força-tarefa e não
42 teve tempo hábil de assinar, então acabei não encaminhando para vocês, nós vamos coletar as assinaturas e
43 vamos encaminhar o documento oficialmente, então eu vou fazer a leitura do documento, Ata da reunião
44 do Conselho Gestor de contratos e convênios, Ao vigésimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois
45 mil e vinte dois às 10h se reuniu na sala de reunião da secretaria municipal da saúde os seguintes
46 conselheiros: Ana Lucia, Luiz Carlos, Fabio de Souza, Edson Mendes. Ouvintes: Irmã Renata. Apoio da
47 Secretaria de Saúde: Wesley da Silva e Sue Ellen Luiz. Dando início com a leitura do TA-11 vigência do

48 contrato vencido no mês de agosto para ciência e análise onde se tratou do aditamento Piso enfermagem, na
49 qual não está previsto no orçamento municipal, dissídio apresentado pela Joao Marchesi, à dispensa de
50 colaboradores para poder manter o orçamento junto às despesas apresentadas. Contrato esse apresentando
51 no valor de \$ 7.715.386,06 para incorporação do pós Covid aonde se trataria de pacientes diabéticos,
52 cardiopatas e o uso da Câmara Hiperbárica, curativos de grau II, laudo de ECG, sendo aprovado o TA nº
53 11. Proposto pelo Sr. Fabio o agendamento para uma visita para de conhecer a clínica na qual se realiza o
54 procedimento, solicitado também para que nas próximas reuniões a presença da Sra. Amélia se faça
55 importante para maiores esclarecimento e dúvidas se necessário, colocado em pauta mais uma vez que é
56 necessário para que o conselho tenha informações dos TA para análise antes que os mesmos se faça
57 vigente. Leitura da próxima pauta TA-12 que foi apresentado pelo Sr Fabio uma emenda parlamentar
58 destina a atenção básica do paciente, onde ficou acordado maiores esclarecimentos sobre o destino e
59 aplicação e a compra dos insumos feita pela João Marchesi. Para avaliação de verbas destinadas a Santa
60 Casa, proposto pelos conselheiros, uma reunião extra para maior avaliação que ficou estabelecida para o dia
61 04/10/2022 às 9h na sala de reunião da secretaria da saúde. Nada a mais a ser tratado, eu Ana Lucia Cusato
62 lavrei a presente ata que deverá ser assinada por mim e pelos demais presentes, então essa ata ela acabou
63 não sendo assinada por tempo hábil ela vai ser assinada, encaminhados aos senhores, o TA 11 foi feito uma
64 adequação do valor que foi juntado à questão do TA pós-covid que ele era apartado do contrato regular
65 com a OS João Marchesi e foi feito algumas adequações financeiras em função do aumento do teto físico
66 para categoria de enfermagem e algumas despesas que ocorreram para adequar o valor do contrato ao
67 recurso financeiro que o município dispõe, como todos os senhores sabem teve a questão da alteração do
68 teto de salário da enfermagem para que na época, agora ainda está em discussão, mas vai acontecer em
69 algum momento, nós já estamos se preparando prevendo para isso e teve que fazer a adequação do contrato
70 e não existe dinheiro novo de fonte 5 recurso federal ou fonte estadual esse subsídio para fazer a adequação
71 do salário da enfermagem ele vai ser de fonte um recurso municipal, então assim a gente teve que adequar
72 o contrato, a realidade ao orçamento municipal, essa documentação ela ficou encaminhada no e-mail de
73 vocês e eu quero ver se vocês tem alguma dúvida algum esclarecimento que a gente possa estar fazendo a
74 vocês segundo o que foi apresentado para a comissão a documentação foi a contento e foi aprovado e a
75 documentação foi remetida a vocês para qualquer análise, esclarecimento de dúvidas, alguém quer
76 perguntar alguma coisa. **Sr. Elcio** diz toda essa parte de dinheiro parece que vai ser municipal da questão
77 da enfermagem não vai ser repassado uma parte federal, por exemplo, então teve o custo integral. **Sra.**
78 **Presidente** diz não, por isso a discussão em todas as esferas de governo, todas as esferas de governo estão
79 discutindo esse valor do reajuste da enfermagem porque o federal fez o reajuste, mas o que acontece, o que
80 está sendo questionado é a fonte pagadora porque o federal ele fez o valor para aumentar só que as
81 instituições que trabalham para o SUS eles não tiveram repasse, o aumento da tabela SUS, então como que
82 você vai dar um aumento para uma categoria se você não tem aumento de verba, então porque o federal ele
83 aumentou supostamente a categoria só que ele não deu de onde vai sair o dinheiro, então existe
84 questionamento porque a lei é para todos, não é só para quem trabalha no SUS, a entidade privada,
85 particular, conveniada é para todo mundo, agora o questionamento e a suspensão temporária é para as
86 pessoas que prestam serviço para o SUS, então a suspensão é porque os prestadores fazem serviços para o
87 SUS pediram bloqueio dessa lei porque não tem como eles estarem aumentam se não tem receita e aí o
88 privado se beneficiou dessa contenção, então o privado está se beneficiando de uma situação, mas que vai
89 acontecer, então a gente precisa fazer uma adequação do nosso teto e piso financeiro porque a organização
90 social apesar de ela prestar serviços para a saúde ela é privada e tudo mais. **Sr. Fábio** diz quando
91 estabeleceram o piso naquela fúria de tentar atender os anseios da enfermagem eles não fizeram uma coisa
92 básica que é o setor público e isso impacta em todas as prefeituras e estados também que você não fez a
93 reserva orçamentária para poder atribuir uma diferença, você criou uma despesa sem reserva então isso já
94 bateu no público mesmo, não foi nem nos prestadores, no público já bateu e nós prestadores eles iriam ter

95 que ir atender imediatamente, o público a partir do ano que vem, 2023, de janeiro, tudo sem reservas
96 orçamentária, então lá no supremo eles suspenderam por causa dessa irregularidade agora o governo
97 federal vai ter que buscar algum recurso para poder transferir, inclusive a discussão até, eu tenho
98 acompanhado isso, a discussão está em fase do grifo do governo federal nesse sentido porque eles queriam
99 passar esse valor através da cota da parte de ICMS só que para alguns municípios até 500 mil habitantes
100 isso seria até vantajoso, mas você tem mais de 500 mil, mais habitantes é desvantajoso de acordo com a
101 inflação porque os estudiosos fizeram e estava acompanhando, então qual é a maneira correta de passar
102 este dinheiro para a gente é através do fundo a fundo como vem todo o dinheiro do Ministério que é o PAB
103 fixo, MAC, o dinheiro que vem do Ministério fundo a fundo, eles estão agora discutindo se vão transferir
104 só através da cota parte ou se vão seguir direto pelo fundo nacional de saúde, a partir do momento que o
105 governo federal transferir esse dinheiro para a gente aí a gente a gente consegue estabelecer um piso de
106 enfermagem, a cota parte viria um dinheiro percentual de acordo com a arrecadação só que não vinculado à
107 quantidade de profissionais que tem município, então briga está sendo que eles que eles considerem a
108 quantidade de profissionais da estrutura de saúde, de acordo com o que tem de profissional no município e
109 não simplesmente um percentual aleatório que pode ou não cobrir o valor, nas cidades maiores não
110 cobriria, esse é um estudo do governo, da comissão que está discutindo isso, então se gerou problema para
111 eles imagina para nós, na hora de renovar o contrato a gente estava na situação, não tem dinheiro para
112 poder aumentar de acordo com o piso e a gente além do piso aqui já teve que dar os dissídio, então qual
113 que é a situação, infelizmente vai ter que reduzir o quadro de funcionários e foi se discutindo até que no
114 último final de semana do mês que passaria a vigorar o piso, foi no domingo a informação dizendo que
115 estava suspenso. **Sra. Presidente** diz vocês tem alguma pergunta, pontuação, comentário, podemos passar
116 para a aprovação. **Sra. Presidente** faz a votação nominal. VOTOS FAVORÁVEIS: Dr. Gustavo, Priscila,
117 Jaqueline, Joana, Marcelo, Arthur, Barsoti, Antonio Carlos, Maria José, Paulo, Maristela, Sérgio, Luis
118 Carlos, Margarete. VOTOS CONTRÁRIOS: não houve. TA nº 11 da OSJM APROVADO. **Segunda**
119 **Pauta. T. A. nº 12 – OSJM – Aquisição de materiais e insumos para fortalecer as ações de atenção**
120 **básica com utilização de recursos do Ministério da Saúde – Emenda Estadual.** **Sra. Presidente** diz a
121 próxima pauta o TA nº 12 se trata de uma emenda só uma correção é uma emenda estadual e se trata de
122 aquisição de materiais e insumos para fortalecer as ações da atenção básica com a utilização de recursos do
123 estado, Ata da Reunião do Conselho Gestos de Contratos e Convênios, Ao décimo nono dia do mês de
124 setembro do ano de dois mil e vinte dois, às 9h se reuniu na sala de reunião da secretaria municipal da
125 saúde os seguintes conselheiros: Ana Lucia, Luiz Carlos, Fabio de Souza. Apoio da Secretaria de Saúde:
126 Wesley da Silva e Sra. Amélia. Dando início com a leitura do TA-12 para aprovação desta comissão,
127 aonde se trata da compra de matérias pelo plano operacionais da João Marchesi no qual foram
128 apresentados os fornecedores e valores a serem pagos e na questão da economicidade. Desta forma, em
129 condições de ser apreciado em reunião, no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta comissão,
130 somos favoráveis ao Termo Aditivo. Podemos também ter acesso aos TA-1 e TA-4 referente as verbas
131 parlamentares que foram destinadas a Casa de Saúde Stella Maris, aonde em pauta ficou para essa
132 comissão o parecer satisfatório e favorável da apresentação. Nada a mais a ser tratado, eu Ana Lucia
133 Cusato lavrei a presente ata que deverá ser assinada por mim e pelos demais presentes. **Sra. Presidente** diz
134 esses TA 1 e TA 4 da Santa Casa a gente vai estar encaminhando para o Conselho Municipal de Saúde na
135 próxima reunião ordinária porque falta parecer jurídico, então nós não estamos colocando em deliberação
136 hoje, só que o TA 12 da Organização Social João Marchesi que perante a comissão foi apresentada e as
137 dúvidas foram sanadas está OK, vocês receberam essa documentação, vocês tem alguma dúvida, querem
138 fazer alguma pergunta, alguma pontuação. Todos respondem não. **Sra. Presidente** diz então podemos dar o
139 TA 12 como aprovado. **Sra. Presidente** faz a votação nominal. VOTOS FAVORÁVEIS: Dr. Gustavo,
140 Priscila, Jaqueline, Joana, Marcelo, Arthur, Barsoti, Antonio Carlos, Maria José, Paulo, Maristela, Sérgio,
141 Luis Carlos, Margarete. VOTOS CONTRÁRIOS: não houve. TA nº 12 da OSJM APROVADO. **Terceira**



142 **Pauta. Demanda para Comissão de Ética. Sra. Presidente** diz nossa próxima pausa é uma demanda para
143 a comissão de ética, vocês chegaram a ler a documentação que a gente encaminhou, a gente tem um
144 Conselheiro que é o José Luiz da Neves, ele é Conselheiro Gestor da Casa de Saúde Stella Maris ele fez
145 uma representação no Ministério público para o secretário de saúde dizendo e questionando a questão da
146 composição do Conselho Municipal de Saúde e num primeiro momento dizendo que o Conselho estava
147 funcionando irregularmente e dizendo que eu Priscila, funcionária da Secretaria de saúde e o Fábio que
148 também é funcionário dessa secretaria de saúde, ambos somos concursados ocupando os cargos de
149 confiança dentro da Secretaria, que nós não poderíamos estar compondo o Conselho Municipal de Saúde
150 porque a gente estaria viciando o Conselho de Saúde, lembrando que ele fez essa representação no
151 Ministério Público acho que uns 4 ou 5 dias depois que a gente terminou aquela nossa capacitação e na
152 capacitação a gente já tinha também entregue documentações para vocês no dia da posse e o Conselho
153 Municipal de Saúde ele é composto pelos gestores da Secretaria de saúde por indicação do chefe do
154 executivo ou do secretário que compõem também o Conselho e por eles indicado que são 3 titulares e 3
155 suplentes e depois a gente tem que representantes da Santa Casa, das entidades privadas que compõem os
156 serviços de saúde que é a Digital, o Itapema e outras entidades, funcionários, então tem uma comissão que
157 é pautada numa lei municipal, que é pautada numa lei estadual, que é pautada numa lei federal então assim
158 quem ditou as regras foi o federal e a gente já tinha entregue toda essa documentação, todos eles sabem
159 como é a composição do Conselho Municipal de Saúde e o mais interessante que a gente tinha acabado de
160 fazer uma capacitação dele, a gente discutiu muito quem compõe o Conselho e ele entrou com o
161 documento que a gente até mandou o documento na íntegra. **Sra. Presidente** faz a leitura do documento e
162 diz ele assinou como Conselheiro Municipal de Saúde, ele faz parte do Conselho Gestor da Santa Casa,
163 mas ele assinou o documentário para o Promotor como se fosse Conselheiro Municipal de Saúde e assim
164 nenhum Conselheiro pode ir lá no Ministério Público fazer uma representação, você tem que ter a
165 concordância de todos, ele não pode falar em nome da Santa Casa, ele não pode falar em nome do CGU e
166 nem do Conselho, se ele tinha algum problema tinha primeiro ter deliberado lá na Santa Casa e mandado o
167 documento para o Conselho e vir aqui discutir com a gente ou ele mandar um documento como cidadão ou
168 mandasse e assinasse como cidadão, mas a partir do momento que ele se coloca como um Conselho, então
169 ele é regido pela legislação e aqui tem um código de ética que todo mundo recebeu, então assim passou por
170 cima de todo mundo, o promotor pedi esclarecimentos e o secretário mandou para mim, Presidente do
171 Conselho depois de ter respondido para a promotoria, para que o Conselho tenha ciência da denúncia, essa
172 é uma reclamação. **Sra. Presidente** diz eu Priscila fiz uma outra representação contra ele, dessa ação eu fiz
173 um documento do Conselho para a comissão de ética ação que fere código de ética e o regimento interno
174 Conselho Municipal de Saúde se trata de denúncia elaborado pelo senhor José Luiz das Neves onde os
175 mesmos intitula Conselheiro Municipal de Saúde sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde nos
176 segmentos representantes do governo e sobre possíveis irregularidades nas eleições da Mesa Diretora desse
177 Conselho Municipal de Saúde diante dos fatos solicito providências da comissão de ética para que não
178 sejamos omissos dentro do código de ética ao que compete, tem um regimento interno do Conselho
179 Municipal de Saúde aonde a gente coloca lá três representantes do poder público, representantes de
180 entidades filantrópicas, a legislação mesmo do Conselho, então coloquei o regimento interno qual é a
181 composição do Conselho Municipal de Saúde e o que pode e o que não pode, colocamos o código de ética
182 nos princípios básicos, então esse é um documento que eu encaminho para a comissão de ética e diante
183 dele ainda ele fez algumas publicações e ainda nessa toada eu fiz um outro documento, eu Priscila,
184 Conselheira de Saúde fiz um documento e mandei para o Conselho, para a Mesa Diretora relatando um
185 ocorrido com o senhor José Luiz das Neves membro do Conselho Gestor da Casa de Saúde Stella Maris
186 conforme documento enviado a todos. **Sr. Fábio** diz só para complementar o estatuto do servidor ele prevê
187 essa falta abonada para todos os servidores de carreira ou comissionados, é um direito que nos assiste. **Sra.**
188 **Presidente** diz eu juntei a minha falta abonada devidamente assinada e autorizada e eu juntei o que o

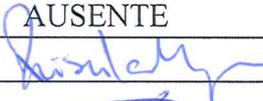
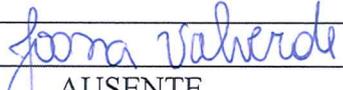
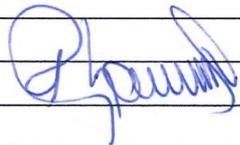


189 agente público pode e não pode fazer, então tá lá que o agente público, eu como funcionária pública, fazer
 190 campanha eleitoral em órgão público, eu estava na rua caminhando, então eu não estava em órgão público,
 191 usar qualquer material ou bem público ou finalidade eleitoral, não estava usando nada, estava caminhando,
 192 realizar atividade de campanha no horário de trabalho, estava de folga abonada e juntei documento
 193 devidamente assinado e autorizado no dia 15/09/2022 para abonar no dia 21, participar de inauguração de
 194 obra pública caso seja candidato, não sou candidato e fazer pronunciamento em cadeia de rádio e TV fora
 195 do horário eleitoral, não é o casco e distribuir bens serviços de caráter social custeado com recurso público,
 196 não distribuí nada, não estava infringindo nada. **Sra. Presidente** diz então printaram nas redes sociais e
 197 mandaram para mim e aí esse Eduardo Lopes Martins, ele é um de um blog, faz comentários genéricos sem
 198 dar nomes a ninguém, tudo muito genérico, nos comentários tem o José Luís das Neves, estava saindo do
 199 dentista encontrei a presidente do COMUS acompanhando a comitiva do candidato a governador com
 200 adesivos de candidato a deputado em sua camiseta ferindo de morte o código de ética do COMUS de
 201 Caraguatatuba, ele coloca a presidente do COMUS, então ele não tratou da Priscila Meyer, falou da
 202 Presidente do COMUS, então é um colegiado, então eu também encaminho a minha reclamação para o
 203 Conselho Municipal de Saúde e eu entendo que não é a Priscila só é o COMUS porque ele tá falando
 204 Presidente do COMUS e eu encaminho esse documento também para a comissão de ética e teve mais uma
 205 dele, diante disso tudo algumas pessoas me procuraram indignada com ele, sabem quem ele é, conhece ele
 206 dizendo que ele não mora mais em Caraguatatuba, ele está com o Conselho Gestor da Santa Casa, então ele
 207 não tem um bairro porque a Santa Casa é de abrangência do município então ele tem que morar dentro do
 208 município de Caraguatatuba e chegou várias informações para mim que ele não mora mais em
 209 Caraguatatuba, que ele vem pontualmente ao município porque ainda tem alguns assuntos aqui, enfim
 210 diante dos fatos solicito providências da comissão de ética porque eu também mandei para a comissão de
 211 ética para a comissão analisar e notificar oficialmente para verificar se realmente se ele reside ou não
 212 porque se ele não mora mesmo no município ele não pode mais participar do Conselho e mesmo que ele
 213 mude de residência tem que fazer a atualização de cadastro no CGU e na secretaria executiva do COMUS e
 214 ele não fez, esse documento estou mandando para a comissão para que a comissão analise todos os
 215 documentos e faça notificação e verifiquei se realmente tem essa veracidade a mudança do endereço que
 216 por si só ele já não pode mais participar do Conselho e as outras, a comissão de ética inicialmente tinha a
 217 Elen Rosi Martins de Arruda que é representante da Santa casa só que ela saiu da Santa Casa e aí entrou a
 218 Jaqueline Barbosa Fernandes, então a gente precisava substituir a Elen por outro ou ver se a Jaqueline ou
 219 Ana Lúcia que são da Santa Casa, se elas se elas querem participar dessa comissão que a gente tem que
 220 recompor, os outros membro são o Sr. Antônio Carlos, o Sr. Luis Carlos, a Sra. Adila Adriana e a Sra.
 221 Amélia Maria Ferreira. **Sra. Jaqueline** aceita compor a Comissão no lugar da Sra. Elen. **Sra. Presidente**
 222 diz eu vou pedir a aprovação do pleno para que toda essa documentação seja encaminhada para a comissão
 223 de ética averiguar. Todos concordam. **Sra. Presidente** diz a secretaria executiva vai agendar a data da
 224 reunião e enviar toda a documentação para a comissão analisar e ver dentro das legislações o que pode ser
 225 feito, o que vocês decidirem vocês vão notificar, uma das primeiras coisas é notificar, dependente das
 226 denúncias o interessado ele tem que ser notificado para ele se pronunciar e se defender, numa dessa já pode
 227 até verificar no caso se ele não mora mais no município e por si só já não precisa nem andar o processo.
 228 **Quarta Pauta. Painel COVID/Vacinação e Dengue.** **Sra. Presidente** diz nossa próxima pauta é Painel
 229 COVID e dengue e farei as apresentações. **Sra. Presidente** diz alguém tem alguma dúvida, algum
 230 apontamento. Todos respondem que não tem perguntas. Sra. Presidente encerra a reunião as 15h30. Eu
 231 Milena Sales Balague de Oliveira, Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente
 232 Ata que segue para leitura e aprovação de todos.

233 Dr. Gustavo Alexey Boher Lopes (titular)

234 Sra. Derci de Fátima Andolfó (suplente)

AUSENTE

235	Sra. Margarete Soares de Oliveira (titular)	
236	Sra. Amélia Maria Ferreira (suplente)	AUSENTE
237	Sra. Priscila Meyér (titular)	
238	Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente)	
239	Sra. Ana Lúcia Cusato de Paula (titular)	AUSENTE
240	Sra. Jaqueline Barbosa Fernandes (suplente)	
241	Sra. Joana D. L. Valverde Martins (titular)	
242	Sra. Silvia Franco Eller (suplente)	AUSENTE
243	Sr. Luis Marcelo F. Prado Soares (titular)	
244	Sr. Otavio da Silva Pereira (titular)	AUSENTE
245	Sr. Elcio Barsoti Filho (titular)	
246	Sra. Marina Bellato (titular)	AUSENTE
247	Sra. Alexandra M. Fonseca do Nascimento (suplente)	AUSENTE
248	Sr. Arthur Reis Caldas (suplente)	
249	Sra. Valeria Cristiane Rosa e Silva (suplente)	AUSENTE
250	Sr. Antonio Carlos de Carvalho (titular)	
251	Sr. Alex Waltersdorf (suplente)	AUSENTE
252	Sra. Júlia de Fátima Umbelino (titular)	AUSENTE
253	Sra. Maria José Oliveira Terra (suplente)	
254	Sra. Adriana Martins da Silva (titular)	AUSENTE
255	Sr. Manoel Carvalho de Araujo (suplente)	AUSENTE
256	Sra. Paula Bastos Rosa (titular)	AUSENTE
257	Sra. Gisele dos Santos Borges (suplente)	AUSENTE
258	Sra. Maria José Lopes Pereira (titular)	AUSENTE
259	Sra. Lucelena Aparecida Firmino (titular)	AUSENTE
260	Sra. Adila Adriana da Silva (suplente)	AUSENTE
261	Sr. Edson Mendes do Amaral (titular)	AUSENTE
262	Sr. Paulo Roberto dos Santos (titular)	
263	Sra. Maristela Miranda (suplente)	
264	Sr. Adelson Marcelo Leite (suplente)	AUSENTE
265	Sr. Luis Carlos Gonçalves (titular)	
266	Sra. Maria Aparecida Waack (suplente)	AUSENTE 
267	Sr. Sergio Augusto Garcia (titular)	
268	Sr. Yuri Beiatto (suplente)	AUSENTE
269	Sra. Sandra Maria Salles Bachi (titular)	AUSENTE
270	Sra. Alessandra Aparecida Ferreira Antunes (suplente)	AUSENTE

